

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2018

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2018, o Grupo Neoenergia apresentou resultados econômico-financeiros sólidos e ampliou seus negócios. Neste ano, a Neoenergia manteve o plano de investir continuamente na melhoria e na expansão da sua rede elétrica, além da ampliação de seu parque gerador, com um volume total de R\$ 4,4 bilhões investidos, sobretudo para atender os 13,8 milhões de clientes de suas quatro distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro) – um universo de mais de 34 milhões de pessoas, quase 20% da população brasileira. Os resultados obtidos em 2018, e que passamos agora a apresentar, nos encorajam a prosseguir com o firme compromisso com a satisfação dos nossos clientes e com o desenvolvimento do Brasil.

Chegamos ao final de 2018 com o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 4,6 bilhões, aumento de 47% em relação a 2017. Entre os fatores que impactaram positivamente esse resultado estão a incorporação plena da Elektro Holding as revisões tarifárias de Coelba e Cosern, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em abril, e ainda os reajustes anuais de Celpe e Elektro, ocorridos, respectivamente, em abril e agosto. A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 27% e chegou a R\$ 26,0 bilhões. Já o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores saltou de R\$ 406 milhões, em 2017, para R\$ 1,5 bilhão em 2018, um aumento de 278%.

Passamos a atuar em 18 estados brasileiros em 2018, sobretudo devido à expansão de nosso segmento de Transmissão, que dobrou de tamanho com a conquista, em dezembro, de quatro dos 16 lotes no leilão 04/2018 promovido pela ANEEL. Fomos o maior destaque do certame, arrematando os lotes 1 (o maior em disputa), 2, 3 e 14, que incluem linhas e subestações nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Em Distribuição, os investimentos de R\$ 3,5 bilhões, dedicados à modernização e expansão de nossa rede, trouxeram bons resultados em indicadores de qualidade. Pela primeira vez, desde 2009, todas as distribuidoras do grupo ficaram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL para o indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC).

Importante destacar também os avanços nos projetos de inovação em Fernando de Noronha (PE) e de smart grid em Atibaia (SP). Em Noronha, a instalação do sistema de armazenamento da energia elétrica produzida pelas duas usinas solares, já com relação ao projeto Energia do Futuro, em Atibaia e região, a implantação de uma rede privada de banda larga sem fio para operação de sistema elétrico atenderá a mais de 75.000 residências e empresas na região. No segmento de Geração, fato marcante foi a conclusão das obras da UHE Baixo Iguaçu, no oeste paranaense. Com 350 MW de capacidade instalada, a usina foi autorizada pela ANEEL, em janeiro de 2019, a colocar na fase de testes sua primeira turbina. O desenvolvimento do Complexo Eólico da Paraíba também merece destaque. Com a conquista, em dezembro de 2017, de nove parques em leilão da ANEEL, a Neoenergia avançou em 2018 na implantação de um dos mais importantes complexos de geração eólica do país, com 18 parques em leilão.

Lancado em novembro, com a inauguração da iluminação do Forte de Cinco Pontas em Recife, o Instituto Neoenergia consolida o braço de atuação social do grupo, reunindo todas as nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais, sob a égide dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para coroar um ano promissor, a Neoenergia ficou em primeiro lugar no ranking Transparência em Relatórios Corporativos 2018, entre as maiores 100 empresas e os dez maiores bancos do Brasil, feito pela Transparência Internacional. A nota média das empresas foi de 5,7, em uma escala de 0 a 10. A Neoenergia, cumprindo 100% dos requisitos avaliados, recebeu a nota máxima. Esse prêmio nos enche de orgulho, pois consagra a transparência e a correção com que demonstramos, como agora, nossos resultados anuais a nossos acionistas e à sociedade em geral.

### 1. A COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA

A Coelba detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km².

#### 1.1 Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura acionária da Coelba era composta da seguinte forma: Neoenergia com 96,65%, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI com 2,29% e um *free float* de 1,06%.

### 2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

Em 2018, a economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento e por grandes incertezas geradas tanto por eventos internos quanto externos. Externamente, a guerra comercial entre EUA e China e o aumento da taxa de juros americana pelo FED desaceleraram a economia mundial. Internamente, a greve dos caminhoneiros e as incertezas sobre as eleições frustraram as expectativas de crescimento.

Conforme dados do boletim Focus, a previsão de aumento do PIB brasileiro no início de 2018 estava na faixa de 2,7%. Em junho, após a greve, a expectativa de crescimento já havia reduzido para 1,5% e, sem mostrar sinais de recuperação, fechou o ano com uma expectativa de apenas 1,3% de crescimento em relação ao ano anterior.

O saldo da balança comercial foi positivo, apesar de um resultado agregado anual inferior ao de 2017. Foi registrado um superávit de, aproximadamente, R\$ 58 bilhões, condizente com as previsões do Governo que esperava, no início de 2018, um superávit em torno de R\$ 50 bilhões. Esse saldo foi resultado de um aumento de 10,2% no nível de exportações e de 20,2% nas importações, em comparação a 2017.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, um dos indicadores que medem o nível de inflação no Brasil, iniciou o ano com previsão de 3,93% para 2018 e se manteve estável, terminando o ano com uma expectativa de 3,69%, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central do Brasil. No entanto, o preço dos combustíveis, em particular do diesel, manteve a tendência crescente iniciada em 2017. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo – ANP, o preço do diesel para revenda subiu 7,5% entre os meses de janeiro e maio de 2018. Tal aumento de preços foi um dos principais motivadores da greve dos caminhoneiros no final de maio, que impactou o desempenho econômico do terceiro trimestre.

O IBOVESPA, índice que reflete o comportamento do mercado de ações brasileiro, acumulou uma variação positiva de 15,03% em 2018. Apesar de apresentar oscilações, registrando um valor mínimo de 69.068,77 pontos em junho, seguiu um ritmo de alta e alcançou a máxima do ano, 91.242,22 pontos, no pregão de 03 de dezembro. O índice fechou o ano em 87.887,26 pontos.

As projeções para 2019 se mantêm constantes. O Banco Central divulgou em boletim uma previsão de crescimento do PIB na faixa de 2,50%. O Comitê de Política Monetária – COPOM publicou, em fevereiro deste ano, sua ata de reunião com as expectativas para os indicadores macroeconômicos. A taxa de juros SELIC foi fixada em 6,5% para 2019 e a taxa de câmbio deve se manter estável, na faixa dos R\$ 3,70. Com este cenário, a projeção do COPOM é de que o IPCA situe-se em torno dos 3,9% em 2019.

No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE mostram aumento no consumo nacional de energia. No comparativo de 12 meses, divulgado em dezembro de 2018, o consumo total de energia cresceu 1,1%, com resultado positivo em todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial e outros), puxado, principalmente, pelo setor industrial e pelo setor residencial, com aumento no consumo de 1,3% e 1,2%, respectivamente.

### 3. AMBIENTE REGULATÓRIO

#### 3.1. Nível Contratual das Distribuidoras

Para o ano de 2018, a Coelba fez uso dos mecanismos existentes pela ANEEL e MME para gerir seu portfólio contratual. A Companhia encerrou o ano de 2018 com uma posição contratual de 3,16%, o que representa 73,69MMW médios de sobra contratual. Esses excedentes são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) ao valor de PLD do respectivo período. Até uma sobrecontratação de 5% os efeitos econômicos são repassados para a tarifa. O volume que exceder poderá constituir ganho ou perda econômica para a Companhia em função da diferença entre o valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) a cada período no respectivo submercado e o preço médio da energia contratada. A energia foi adquirida a um custo médio total (cálculo de preço e volume constante no contrato específico) acumulado de R\$ 196,78/MWh, enquanto o PLD médio do Nordeste em 2018 foi de R\$ 273,90/MWh. Como a posição de compra de energia da Coelba ficou dentro dos limites de repasse regulatório, não há impacto no resultado da Companhia.

#### 3.2. Mecanismo de Venda de Excedentes de Energia - MVE

Em 10 de julho de 2018, a ANEEL aprovou os critérios para processamento do MVE, assunto debatido por meio da Audiência Pública nº 70/2017 e regulamentado através da Resolução Normativa 824/2018, da mesma data. Esta ação é fruto da Lei nº 13.360/2016 (alterou a Lei nº 9.074/1995), que permitiu distribuidoras venderem ao mercado livre energia lastreada pelo excesso de contratação para atendimento à totalidade do mercado.

No dia 31 de outubro de 2018, foi publicado pela ANEEL o aviso de Audiência Pública nº 49/2018 que trata das regras de comercialização de energia elétrica para atendimento à Resolução Normativa nº 824/2018, referente ao MVE, cujo resultado foi disponibilizado através da Nota Técnica nº 191/2018 – SEM/ANEEL de 23 de novembro de 2018. No dia 04 de dezembro de 2018 as regras foram regulamentadas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 833/2018, sendo alterados os cadernos das Regras de Comercialização.

A primeira declaração no MVE, referente ao produto de três meses, ocorreu no dia 26 de dezembro de 2018, sem participação das distribuidoras do Grupo Neoenergia. Conforme calendário da CCEE, as declarações ocorreram dia 14 de janeiro de 2019 e 21 de janeiro de 2019, respectivamente produto de 11 meses e 5 meses. Dentre as distribuidoras do Grupo Neoenergia apenas a Elektro participou vendendo sobras de energia neste mecanismo, logrando 100% de êxito na venda.

#### 3.3. Abertura do Mercado

A portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”) nº 514, de 27 de dezembro de 2018 regulamentou o disposto no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com o objetivo de diminuir os limites de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores. Em síntese, a partir de 1º de julho de 2019, os consumidores com carga igual ou superior a 2,5 MW, atendidos em qualquer tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissivo ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (“SIN”). No início de 2020 esse limite cai para 2,0 MW.

#### 3.4. Eliminação de Subsídios nas Classes Rural e Serviço Público

A Presidência da República e o Ministério de Minas e Energia assinaram Decreto que elimina subsídios nas contas de luz considerados estranhos ao setor elétrico. Os descontos dados na energia elétrica consumida pela classe rural, serviço público de água, esgoto e saneamento são pagos por todos os consumidores de energia elétrica por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), mesmo não apresentando benefícios diretos ao setor elétrico. O objetivo do Decreto é reduzir esses descontos em uma transição de cinco anos para eliminação total. A partir de janeiro de 2019 serão reduzidos em 20% ao ano até sua extinção.

#### 3.5. Tarifas

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.382 de 17 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2018, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 21,18%, dos quais 18,45% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 2,73% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 16,95%. As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2018 com vigência até 21 de abril de 2019.

A variação na Parcela B foi de 25,0% enquanto o limite regulatório para as perdas da Companhia foi definido em patamar 1,81 p.p. superior aos 12,42% do reajuste anual de abril de 2017.

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 4.1. Número de Consumidores

Em 2018, a Coelba alcançou o número de 5.993.406 consumidores ativos, registrando crescimento de 1,6%, incremento de 92.902 novos clientes, em relação ao ano anterior.

#### 4.2. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial

Considerando os critérios estabelecidos na Resolução ANEEL nº 414/2010, que define o conceito de consumidores de baixa renda, estes correspondem a 18,36% do total de consumidores residenciais da Coelba, enquanto que os consumidores residenciais normais representam 81,64%. A Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as regras incidentes sobre a tarifa aplicável à Subclasse Residencial Baixa Renda das distribuidoras de energia elétrica. Em função desta Lei, a Coelba alcançou em dezembro de 2018 um total de 967.704 clientes cadastrados com a tarifa subsidiada.

#### 4.3. Evolução do Mercado

A energia contratada para atender ao mercado da Coelba em 2018, totalizou 21.104 GWh, o que representa um decréscimo de 0,78% em relação a 2017. Em 2018, a Coelba teve uma sobra contratual de 3,16%, o que representa 73,69MMW médios. Esta sobra não constitui perda uma vez que sobrecontratações de até 5% acima do requisito de carga podem ter os seus efeitos econômicos repassados para a tarifa final por configurar-se como margem aceitável de risco de contratação, segundo regra da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 2018, a energia distribuída pela Coelba totalizou 20.122 GWh, sendo 82,11% referente ao consumo do mercado cativo e 17,89% do mercado livre. Em relação a 2017, a energia distribuída apresentou um aumento de 2,6%. Em 2018, fatores climáticos ajudaram a elevar o consumo da Coelba, contribuindo para o crescimento do mercado cativo em 1,6%, na comparação com 2017. As classes de consumo que apresentaram aumento foram a residencial (+2,9%), a comercial (+3,3%) e às relacionadas ao Serviço Público (+5,91%); e as classes industrial cativa e rural retrataram uma redução de 6,7% e 2,1%, respectivamente.

#### 4.4. Perdas

No ano de 2018, o Índice de Perdas da Coelba foi de 14,75%, bem próximo de atingir o limite regulatório, que é de 14,32%. Do índice apurado no ano, 11,07% está relacionado à perda técnica e 3,68% à perda não técnica. Em 2017, a Companhia encerrou o ano com índice de Perdas de 14,27%. A Coelba continua realizando ações de otimização de perdas globais para atingimento dos níveis regulatórios.

#### 4.5. Arrecadação

O resultado do índice de arrecadação do ano de 2018 (acumulado nos últimos 12 meses) foi de 97,02%, inferior ao seu comportamento no ano de 2017, que encerrou em 98,13%.

#### 4.6. DEC e FEC

O valor apurado do indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) anualizado, no encerramento do ano de 2018, foi de 14,44 horas, estando abaixo do limite regulatório que é de 14,50 horas, representando redução de 27,18% em relação ao ano de 2017, que foi de 19,83 horas. O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), também, encerrou o ano de 2018 abaixo do limite regulatório. O FEC anualizado foi de 6,44x interrupções, enquanto o limite regulatório é de 8,42x interrupções. Em 2017, a Companhia encerrou o ano em 8,23x interrupções.

### 5. INVESTIMENTOS

Até o final do ano de 2018, a Coelba investiu um montante de R\$ 1.827.663 mil, dos quais R\$ 202.335 mil são investimentos subvencionados, representando um aumento líquido total de R\$ 201.465 mil em comparação ao ano anterior (R\$ 1.876.323 mil em 2017, dos quais R\$ 452.460 mil são referentes a investimentos subvencionados).

### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

#### 6.1. Receita Operacional Bruta

A Companhia apresentou, no ano de 2018, Receita Operacional Bruta de R\$ 13.262.792 mil, representando aumento de 12,73% em relação ao valor de R\$ 11.764.954 mil no mesmo período de 2017, conforme detalhado, a seguir.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS <sup>(1)</sup>	2018	2017	2018 X 2017	
			R\$	%
<b>Receita Bruta</b>	<b>13.262.792</b>	<b>11.764.954</b>	<b>1.497.838</b>	<b>12,73%</b>
(-) Deduções da Receita Bruta	(4.025.428)	(3.623.716)	(401.712)	11,09%
Impostos	(3.306.719)	(2.901.720)	(404.999)	13,96%
Encargos Setoriais	(718.709)	(721.996)	3.287	(0,46%)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>9.237.364</b>	<b>8.141.238</b>	<b>1.096.126</b>	<b>13,46%</b>
(-) Receita de construção	1.625.576	1.396.960	228.616	16,37%
(-) Outras receitas (A)	320.003	244.197	75.806	31,04%
<b>Receita Operacional Líquida (s/Rec. Construção e Outras Receitas)</b>	<b>7.291.785</b>	<b>6.500.081</b>	<b>791.704</b>	<b>12,18%</b>
Valor justo ativo indenizável da concessão (B)	234.632	152.139	82.493	54,22%
Custos de Bens Não Gerenciáveis	(4.693.063)	(4.247.665)	(445.398)	10,49%

Margem Bruta (C)	2.833.354	2.404.555	428.799	17,83%
Custos e Despesas Gerenciáveis (D)	(1.350.661)	(1.419.768)	69.107	(4,87%)
<b>EBITDA (A - B + C + D)</b>	<b>1.568.064</b>	<b>1.076.845</b>	<b>491.219</b>	<b>45,62%</b>
Amortização / Depreciação	(420.957)	(388.055)	(32.902)	8,48%
Resultado Financeiro	(387.036)	(476.692)	89.656	(18,81%)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>760.071</b>	<b>212.098</b>	<b>547.973</b>	<b>258,36%</b>
IR e CSLL	(121.514)	(35.054)	(86.460)	246,65%
<b>Lucro (Prejuízo) do Período</b>	<b>638.557</b>	<b>177.044</b>	<b>461.513</b>	<b>260,68%</b>

#### (1) Em R\$ mil

A variação de R\$ 1.497.838 mil na Receita Operacional Bruta pode ser atribuída como resultado das variações, essencialmente, nas linhas de Fornecimento de Energia e Uso da Rede Mercado Cativo.

O aumento verificado nessas linhas foi ocasionado, principalmente, pelo reposicionamento tarifário médio de 16,95% da Coelba, que começou a vigorar a partir de 22 de abril de 2018, de acordo com o 4º ciclo de revisão tarifária que a Companhia passou e aumento da energia distribuída que passou de 19.620 GWh no ano de 2017 para 20.122 GWh, em 2018, de acordo com o detalhamento, a seguir:

FATURAMENTO DE ENERGIA POR CLASSE	2018		2017		Variação (%) 2018 / 2017	
	R\$ Mil	GWh	R\$ Mil	GWh	Receita	Volume
Residencial	4.892.372	7.025	4.196.961	6.828	16,57%	2,88%
Convencional	4.377.563	5.805	3.721.495	5.530	17,63%	4,97%
Baixa Renda	514.809	1.220	475.466	1.298	8,27%	(6,01%)
Industrial	859.466	1.576	803.505	1.688	6,96%	(6,66%)
Comercial	2.382.826	3.299	2.073.650	3.234	14,91%	2,01%
Rural	665.381	1.956	575.030	1.997	15,71%	(2,06%)
Poder Público	449.611	735	381.435	702	17,87%	4,67%
Iluminação Pública	360.038	1.156	296.807	1.079	21,30%	7,16%
Serviço Público	264.101	760	221.161	720	19,42%	5,55%
Fornecimento Não Faturado	23.867	-	999	-	N/A	-
<b>Mercado Cativo (A)</b>	<b>9.897.662</b>	<b>16.505</b>	<b>8.549.548</b>	<b>16.247</b>	<b>15,77%</b>	<b>1,59%</b>
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica consumidor cativo	(5.158.108)	-	(4.322.559)	-	19,33%	-
Subvenção à tarifa social baixa renda (B)	750.817	-	644.207	-	16,55%	-
Consumo Próprio (C)	-	16	-	16	-	(2,53%)
Fornecimento de Energia Total	5.490.371	16.521	4.871.196	16.264	12,71%	1,59%
<b>Mercado Livre (D)</b>	<b>359.716</b>	<b>3.600</b>	<b>319.355</b>	<b>3.356</b>	<b>12,64%</b>	<b>7,28%</b>
<b>Faturamento Total – (A + B + C + D)</b>	<b>11.008.195</b>	<b>20.122</b>	<b>9.513.110</b>	<b>19.620</b>	<b>15,72%</b>	<b>2,56%</b>

A redução da receita de energia de curto prazo na conta de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE” em R\$ 251.359 mil, ocorreu devido ao menor volume de sobras contratuais de energia, em 2018 (645 GWh) em comparação ao ano de 2017 (1.314 GWh), combinado com o efeito da redução do PLD no Nordeste.

Na linha de “Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros” a variação negativa de 50% entre os períodos, decorre do reconhecimento e homologação dos saldos da parcela A constituídos ao longo do último ciclo de reajuste e homologados na revisão tarifária de abril de 2018, pela ANEEL.

O aumento de R\$ 75.806 mil em Outras Receitas foi reflexo do impacto de aproximadamente R\$ 82.493 mil correspondente, principalmente, à atualização do valor de reposição estimado da concessão decorrente do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, por ocasião do processo de Revisão Tarifária da Companhia, que ocorreu em 2018.

A Receita de Construção apresentou aumento de R\$ 228.616 mil em relação ao ano de 2017, entretanto, existe a contrapartida de Custos no mesmo valor e, portanto, o efeito é nulo no EBITDA. Estes valores correspondem aos investimentos em infraestrutura líquidos de recursos de obrigações especiais.

#### 6.2. Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta aumentaram R\$ 401.712 mil comparativamente ao ano de 2017. Esta variação foi impactada pelo aumento de impostos no montante de R\$ 404.999 mil, principalmente, devido ao aumento do faturamento, provocado pela revisão tarifária realizada em 2018.

Os encargos setoriais apresentaram uma redução de 0,46% sendo as principais variações nas seguintes linhas:

- Conta de Desenvolvimento Energético, encerrou o período com acréscimo de R\$ 119.887 mil, quando comparado ao ano de 2017, impactada pelas alterações das quotas de uso e quota de energia;
- variação positiva na linha de P&D no montante de R\$ 54.297 mil, resultante do ressarcimento da arrecadação do adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida, conforme Ofício 349 da SAF/ ANEEL;
- variação positiva na linha de encargo do Consumidor – CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias) no valor de R\$ 84.960 mil é explicada pela mudança de metodologia realizada pela ANEEL, em 2018, na qual as distribuidoras passam a utilizar os recursos de bandeiras para cobrir os custos da concessão e repassam apenas o excedente para a CCRBT.

#### 6.3. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais para o ano de 2018 alcançaram R\$ 8.090.257 mil, aumento de 8,56% em comparação ao ano de 2017 (R\$ 7.452.448 mil). Para os custos não-gerenciáveis houve incremento de R\$ 445.398 mil, 10,49%, resultante dos seguintes fatores:

- aumento na linha conta de energia elétrica comprada para revenda em 3%, que, dentro de sua composição, suas principais variações foram:
  - aumento de R\$ 318.138 mil na energia adquirida através de leilão - ACR devido à entrada do 17º Leilões de Energia Existente e o aumento das tarifas dos contratos de CCEAR;
  - aumento de R\$ 93.616 mil nos contratos de cotas de garantia física, devido aos reajustes das tarifas, conforme Resolução Homologatória nº 2.421 de 2018;
  - aumento da energia no curto prazo (PLD) em R\$ 60.686 mil relacionado, principalmente, à exposição financeira no Mercado de Curto Prazo, em virtude da diferença de preços em diferentes submercados;
  - redução de R\$ 153.778 mil na energia adquirida através de contrato bilateral entre Coelba e Itapebi cuja vigência terminou em 2017;
  - redução de R\$ 173.878 mil nos Custos Variáveis devido à redução do PLD do Nordeste que no ano de 2017 foi de R\$ 5335/MWh e em 2018, R\$ 274/MWh;
  - a linha de Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão, também, apresentou aumento de R\$ 329.404 mil, 104%. Os principais impactos nesta conta foram:
    - aumento de R\$ 222.377 mil referentes aos maiores encargos da rede básica, que refletem o reajuste das tarifas a partir de agosto/2017. Tal efeito, decorre da decisão do Ministério de Minas e Energia publicada na Portaria 120 de abril de 2016, que determinou a inclusão, nas TUSTS de algumas transmissoras, da indenização de ativos ainda não amortizados, que não haviam sido compensados quando da prorrogação dos contratos de concessão. Essa inclusão foi feita de forma retroativa e impactou as distribuidoras a partir dos seus reajustes tarifários de 2017;
    - à redução da receita do Encargo de Energia de Reserva – EER (Conta de Energia de Reserva – CONER), que também está contabilizado nesta linha, em R\$ 126.681 mil, que devido à redução da receita gerada pelas usinas que contribuem para a Conta de Energia de Reserva, em função da redução do PLD em relação ao ano anterior.
- Já em relação aos Custos e Despesas Gerenciáveis a Companhia terminou o ano de 2018 alcançando uma redução de 4,87% (equivalente a R\$ 69.107 mil) quando comparados a 2017. Essa redução é consequência dos seguintes fatores:
  - redução de R\$ 22.738 mil em Pessoal, consequência do plano de eficiência do Grupo Neoenergia que previa sinergia com a incorporação da Elektro, principalmente por iniciativas de otimização na gestão de pessoal;
  - redução de R\$ 25.448 mil em Serviços Terceiros, consequência dos objetivos de eficiência do Grupo Neoenergia que busca sinergias desde o segundo semestre de 2017;
  - (iii) variação de R\$ 11.914 mil, entre os anos de 2017 e 2018, por conta, principalmente, de uma reversão na conta de PCLD, devido à reavaliação do risco de não recebimento;
  - (iv) linha de Outros apresentou um aumento de R\$ 32.953 mil relacionada à adoção, a partir do ano de 2018, do IFRS 15.

A linha de Custos de Construção apresentou aumento de R\$ 228.616 mil em relação ao ano de 2017, entretanto, conforme já informado no item 6.2, existe a contrapartida na Receita no mesmo valor e, portanto, o efeito é nulo no EBITDA. Estes valores correspondem aos investimentos em infraestrutura líquidos de recursos de obrigações especiais.

#### 6.4. EBITDA

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira na Missão, Visão e Valores e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento atribuiu ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

#### Conselho de Administração

É integrado atualmente por cinco representantes titulares e respectivos suplentes dos acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

#### Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por até cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

#### Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

#### 7.3. Gestão de Pessoas

A Companhia acredita e investe na melhoria contínua do ambiente de trabalho e, para isso, realiza regularmente a Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2018, a Pesquisa foi aplicada para todos os colaboradores, atingindo participação de 88%. Os resultados apontaram que 95% dos participantes sentem orgulho de fazer parte do Grupo Neoenergia. Os resultados estimularam a criação de planos de ações de melhoria a serem implementados ao longo de 2019. Algumas já foram iniciadas ainda em 2018, a exemplo da criação do Comitê de Pessoas que, entre outros objetivos, vai empenhar-se em fazer com que sejam executadas as ações sinalizadas pela Pesquisa de Clima.

Em 2018, foram investidos pela Coelba R\$ 2.433.313,76 em atividades de desenvolvimento de pessoas, com 241.619 horas de treinamento, o que representa a média de 65 horas por colaborador formado.

O Grupo Neoenergia investiu em seu público operacional por meio da sua Escola de Eletricistas. Este projeto, em desenvolvimento, tem o propósito de formar pessoas da comunidade como eletricistas de rede de distribuição. Em 2018, também foi criado o Programa Educadores com o objetivo de promover a multiplicação do conhecimento e a capacitação dos colaboradores por meio da valorização dos nossos talentos internos. Adicionalmente, focado no desenvolvimento da liderança, foi criado o Lídera, que oferece diversos conteúdos por meio de uma plataforma digital e encontros presenciais.

O Grupo transformou a vida das pessoas por meio de trabalhos sociais. Os colaboradores tiveram a oportunidade de participar do Programa de Voluntariado Iberdrola, implantado para todo Grupo pela primeira vez em 2018 com várias ações desenvolvidas ao longo de ano.

Em 2018, houve ainda a implantação do Yammer, uma plataforma digital que possibilita a interação entre os colaboradores de todas as empresas do Grupo Iberdrola no mundo, entre elas o Grupo Neoenergia.

## 8. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia e está expressa na sua missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas, para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo".

A atuação do grupo nesse tema está alinhada com a política de Responsabilidade Social Corporativa, que norteia o modelo de negócio para o cumprimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

Em 2018, as Políticas de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia. A Política de Sustentabilidade abrange os princípios básicos que todas as empresas devem cumprir e que configuram um marco de referência para o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como focos principais os ODS relacionados ao Acesso à Energia Limpa (7) e Combate a Mudanças Climáticas (13).

Na luta contra as mudanças climáticas, o Grupo Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança, tendo como objetivo contribuir para um futuro sustentável e de baixo carbono, minimizando o impacto ambiental de suas operações.

Em 2018, o Grupo renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado a partir da metodologia da Global Reporting Initiative (GRI).

#### 8.1. Educação e Cultura

Na área de educação, as principais atuações do Grupo Neoenergia, em 2018, foram em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o UNICEF, por meio de programas voltados para a correção do fluxo escolar e à capacitação de professores do ensino fundamental em uma metodologia inovadora voltada às práticas pedagógicas.

As ações educativas para comunidades com foco em segurança com a rede elétrica também fizeram parte da atuação do grupo em 2018, reafirmando o compromisso com a integridade e segurança das pessoas.

#### 8.2. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso seguro e eficiente da energia elétrica. Entre as ações que merecem destaque em 2018 estão o projeto Vale Luz, que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia.

A área de Eficiência Energética também desenvolveu projetos educativos nos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Além disso, a área promove o ganho de eficiência de prédios públicos na área de concessão das distribuidoras do Grupo.

#### 8.3. Inovação

O ano de 2018 reforçou a importância da Inovação para o Grupo Neoenergia, seguindo as diretrizes globais e as tendências do setor. O modelo caracteriza-se por ser descentralizado, reforçando a autonomia das áreas de negócio dentro da estratégia de inovação da companhia, e aberto, com a crescente interação com diferentes agentes. O fortalecimento da cultura e a geração de valor se estabelecem por meio de parcerias em nossos ambientes de atuação, abrangendo instituições de ensino, centros de pesquisa, hubs de inovação, startups e instituições públicas e privadas.

Por meio da Elektro, sua distribuidora em São Paulo e Mato Grosso do Sul, o Grupo Neoenergia está dando forma à rede inteligente (*smart grid*) de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista, em São Paulo. É o Projeto Energia do Futuro, pioneiro no Brasil em larga escala, que visa construir o modelo de distribuidora como orquestradora do sistema elétrico (DSO), da sigla em inglês para *Distribution System Orchestrator*, possibilitando maior eficiência energética e a introdução de recursos como a geração fotovoltaica e os veículos elétricos. Em 2018, as principais ações do projeto foram o início de instalação de 75 mil medidores inteligentes na região, e a conexão dos primeiros pontos da rede de telecomunicação 4G, pioneira na América do Sul. Essa rede, parcerias fechada em 2018 entre a Neoenergia e a Nokia, conectará os equipamentos permitindo a automação por meio da troca de informações em tempo real.

#### 8.4. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do Grupo Neoenergia priorizam cinco temas: Redes Inteligentes; Segurança de Instalações e de Pessoas; Combate às Perdas; Qualidade e Confiabilidade e Sustentabilidade do Negócio. Em 2018, foram destinados R\$48,7 milhões a esses projetos, dos quais R\$32,8 milhões pelas distribuidoras. O projeto mais ambicioso é o de Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes, iniciado em 2016, que tem a participação das distribuidoras Coelba, Celpe, Cosern e Elektro.

Um novo projeto de P&D está sendo desenvolvido e implantado na ilha de Fernando de Noronha. Trata-se de um Sistema Inteligente de Armazenamento de Energia (SIAE) que possibilita às usinas solares Noronha 1 e Noronha 2 armazenarem o excedente de energia gerado pelos painéis solares, otimizando a participação das usinas e tornando a matriz energética do arquipélago mais sustentável. Assim, os moradores da ilha poderão utilizar uma energia de fonte renovável por mais horas no dia.

#### 8.5. Meio Ambiente

No ano de 2018, o Grupo Neoenergia aprovou em seu Conselho de Administração as novas Políticas de Meio Ambiente e Biodiversidade, documentos que norteiam as diretrizes estratégicas e a adoção de práticas sustentáveis nos processos, produtos e serviços relacionados às atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Dentre os princípios estabelecidos nestas políticas merecem destaque: conservação da Biodiversidade e valorização do Capital Natural; incorporação da dimensão ambiental na tomada de decisão estratégica; emprego de um esforço contínuo na identificação, avaliação e redução dos impactos ambientais das atividades do Grupo; aplicação de um enfoque preventivo para minimizar o impacto dos novos empreendimentos e apoiar os processos de negociações internacionais e participação efetiva para contribuir com as metas dos ODS da ONU.

#### 8.6. Instituto Neoenergia

O Grupo Neoenergia, por meio de seu Instituto, desenvolveu projetos em quatro áreas de atuação. Os destaques foram o Programa de Bolsas de Estudo, que contribui na formação de jovens brasileiros, com bolsas para universidades da Espanha e Reino Unido; a nova iluminação do Forte das Cinco Pontas, em Recife, o início das obras para iluminar a Fortaleza da Barra Grande, em São Paulo e o Projeto Flyways, em parceria com a SAVE Brasil, que busca assegurar a conservação das aves e seus habitats, contribuindo para a preservação das espécies em nível hemisférico.

## 9. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

#### 1º Prêmio Nacional de Gestão de Ativos do Setor Elétrico

Fomos vencedores na categoria Tecnologia e Inovação. O caso apresentado foi: "Excelência em Controle e Gestão Ativos traz Resultado Econômico-Financeiro para empresas do Setor Elétrico".

#### Prêmio ABERJE 2018

Fomos reconhecidos na categoria de Melhor Projeto Audiovisual do País com a websérie "Massarandupió: uma inspiração para o futuro", que conta as histórias dos moradores de uma comunidade quilombola a de cem quilômetros de Salvador (BA).

#### Prêmio Época Reclame Aqui

Celpe, Coelba e Cosern foram finalistas na categoria Concessionária de Serviços. O prêmio - conhecido como o Oscar do atendimento brasileiro - foi ganho pela Celpe, que recebeu mais de 21 mil votos.

#### Prêmio ODS Brasil – Menção Honrosa

O projeto da Neoenergia de eficiência energética "Vale Luz", desenvolvido pelas suas distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, recebeu menção honrosa na primeira edição do Prêmio ODS Brasil, que reconhece práticas que contribuem para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

#### Prêmio Abradee 2018

Pela nona vez, a Elektro foi consagrada como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País no prêmio concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

#### 1º Lugar no Ranking Transparência em Relatórios Corporativos

A Neoenergia ficou em primeiro lugar no ranking da Transparência Internacional em Relatórios Corporativos 2018, com nota máxima. O levantamento inclui as maiores 100 empresas e os dez maiores bancos do Brasil.

#### Prêmio Love Mondays - empresas mais amadas do Brasil

A Elektro registrou nota 4,12 de 5, que representa muito satisfação e está na 35ª posição, dentre 50 companhias do Brasil elencadas como as mais amadas. As avaliações do ranking foram registradas entre janeiro e novembro de 2018.

#### Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade

Com o projeto "Tecnologias Sustentáveis para Fernando de Noronha", a Neoenergia ficou com o troféu "Grandes Empresas" do Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade 2018, que reconhece ações empresariais nos campos social, ambiental e de governança.

#### Prêmio 500 Maiores Empresas do Brasil – Revista Época Negócios

A Neoenergia avançou 11 posições no ranking das 500 maiores empresas do Brasil, no ranking 2018 da revista Época Negócios. A companhia subiu da 38ª para a 27ª colocação, com avanço de 38% da receita líquida entre os anos de 2016 e 2017, e crescimento do Grupo em 27% no lucro líquido e 69% no patrimônio líquido.

#### Prêmio Melhores e Maiores 2018 – Revista Exame

A Neoenergia subiu 12 posições no ranking dos 200 maiores grupos do Brasil, passando da 36ª para a 24ª colocação no anuário Melhores e Maiores 2018, divulgado em 13 de agosto pela revista Exame. A Neoenergia Comercialização avançou 240 posições no ranking das maiores empresas do Brasil e agora é 309ª colocada entre as 500 líderes em vendas, além da 5ª empresa do país com maior geração de riqueza por empregado (sendo a 3ª no setor de energia nessa categoria).

#### Prêmio Pró-Ética 2017

A Neoenergia foi uma das 23 vencedoras do Pró-Ética 2017, programa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) que certifica companhias "íntegras e éticas nas suas relações entre os setores público e privado". Neoenergia e a Elektro também foram premiadas em 2016.

## 10. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/05/1999, desde 2017 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a KPMG Auditores Independentes. Assim, as Demonstrações Financeiras (DF) da Companhia, relativas ao ano de 2018, foram revisadas pela KPMG.

A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2018, no montante aproximado de R\$ 795 mil: auditoria das revisões das informações financeiras trimestrais; das Demonstrações Financeiras anuais, alguns serviços relativos a Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa, sendo todos esses serviços avaliados em relação à natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco a independência. A Coelba ressalta que a KPMG, não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2018.

## DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. ("Coelba"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Coelba e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Coelba.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Coelba sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Coelba, e do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

## BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO	2018				2017 (Reclassificado)			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	9.237.364				8.141.238			
Resultado Operacional (RO)	1.147.107				688.790			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	416.231				438.969			
Valor Adicionado Total (VAT)	7.548.021				5.480.622			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	30.150	7,24%	0,33%	0,40%	26.149	5,96%	0,32%	0,48%
Encargos sociais compulsórios	89.446	21,49%	0,97%	1,19%	89.154	20,31%	1,10%	1,63%
Previdência privada	(606)	-0,15%	-0,01%	-0,01%	(25.032)	-5,70%	-0,31%	-0,46%
Saúde	42.799	10,28%	0,46%	0,57%	71.666	16,33%	0,88%	1,31%
Segurança e saúde no trabalho	10.434	2,51%	0,11%	0,14%	4.460	1,02%	0,05%	0,08%
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	1.067	0,24%	0,01%	0,02%
Cultura	763	0,18%	0,01%	0,01%	81	0,02%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.139	1,23%	0,06%	0,07%	2.713	0,62%	0,03%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	6.006	1,44%	0,07%	0,08%	4.551	1,04%	0,06%	0,08%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	835	0,20%	0,01%	0,01%	609	0,14%	0,01%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	42.695	10,26%	0,46%	0,57%	49.406	11,26%	0,61%	0,90%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	3.512	0,80%	0,04%	0,06%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>227.661</b>	<b>54,70%</b>	<b>2,46%</b>	<b>3,02%</b>	<b>228.336</b>	<b>52,02%</b>	<b>2,80%</b>	<b>4,17%</b>
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	1.591	0,14%	0,02%	0,02%	2.355	0,34%	0,03%	0,04%
Cultura	30.000	2,62%	0,32%	0,40%	30.880	4,48%	0,38%	0,56%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	617	0,09%	0,01%	0,01%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	261.000	22,75%	2,83%	3,46%	485.299	70,46%	5,96%	8,85%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	34.518	3,01%	0,37%	0,46%	34.257	4,97%	0,42%	0,63%
Outros	500	0,04%	0,01%	0,01%	620	0,09%	0,01%	0,01%
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>327.609</b>	<b>28,56%</b>	<b>3,55%</b>	<b>4,34%</b>	<b>554.028</b>	<b>80,43%</b>	<b>6,81%</b>	<b>10,11%</b>
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	2.932.934	255,68%	31,75%	38,86%	2.509.371	364,32%	30,82%	45,79%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>3.260.543</b>	<b>284,24%</b>	<b>35,30%</b>	<b>43,20%</b>	<b>3.063.399</b>	<b>444,75%</b>	<b>37,63%</b>	<b>55,90%</b>
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	302.036	26,33%	3,27%	4,00%	181.283	26,32%	2,23%	3,31%
Investimento em programas e/ou projetos externos	18.631	1,62%	0,20%	0,25%	16.343	2,37%	0,20%	0,30%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>320.667</b>	<b>27,95%</b>	<b>3,47%</b>	<b>4,25%</b>	<b>197.626</b>	<b>28,69%</b>	<b>2,43%</b>	<b>3,61%</b>
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.		119			4			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente		19			31			
Passivos e contingências ambientais.		119			4			
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%	(x) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 51 a 75%	( ) Cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2018				2017 (Reclassificado)			
Nº de empregados(as) ao final do período	3.729				2.897			
Nº de admissões durante o período	1.153				376			
Nº de desligamentos durante o período	321				141			
Nº de empregados(as) terceirizados	13.149				14.840			
Nº de estagiários(as)	177				114			
Nº de empregados acima de 45 anos	431				568			
<b>Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:</b>								
menores de 18 anos	0				0			
de 18 a 35 anos	2.226				1.560			
de 36 a 60 anos	1.471				1.294			
acima de 60 anos	32				43			
<b>Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:</b>								
analfabetos	0				0			
com ensino fundamental	2.536				4			
com ensino médio	50				750			
com ensino técnico	74				933			
com ensino superior	930				1.008			
pós-graduados	139				202			
<b>Nº de empregados por sexo:</b>								
homens	3.006				2.215			
mulheres	723				682			
<b>% de cargos de chefia por sexo:</b>								
homens	72%				73%			
mulheres	28%				27%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	746				306			

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2018		2017 (Reclassificado)			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	52		38			
Nº total de acidentes de trabalho	19		11			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerência	( ) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	(x) direção e gerência	( ) todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerência	( ) todos (as) + CIPA	( ) todos (as) os empregados (as)	(x) direção e gerência	( ) todos (as) + CIPA	( ) todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	(x) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva
Contencioso Cível:						
<b>Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):</b>						

**BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

	Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	883.954	583.793
Contas a receber de clientes e outros	6	1.641.966	1.555.637
Títulos e valores mobiliários	7	7.580	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	11.129	379.508
Impostos e contribuições a recuperar	8	350.732	195.276
Serviços em curso		18.246	24.019
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	268.602	151.094
Outros ativos circulantes		170.565	125.104
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.352.774</b>	<b>3.014.431</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes e outros	6	63.729	63.263
Títulos e valores mobiliários	7	3.158	2.963
Instrumentos financeiros derivativos	14	396.806	133.414
Impostos e contribuições a recuperar	8	151.210	125.600
Impostos e contribuições diferidos	9	185.245	302.804
Depósitos judiciais	18	433.601	410.881
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	24.064	9.950
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	8.599	42.822
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	4.757.847	4.057.274
Outros ativos não circulantes		14.734	11.413
Intangível	12	5.138.799	4.379.401
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>11.177.792</b>	<b>9.539.245</b>
<b>Ativo total</b>		<b>14.530.566</b>	<b>12.553.676</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	Notas	2018	2017
<b>Receita líquida</b>	21	<b>9.237.364</b>	<b>8.141.238</b>
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(7.512.417)</b>	<b>(6.933.718)</b>
Custos com energia elétrica	22	(4.693.063)	(4.247.665)
Custos de operação	23	(1.193.778)	(1.289.093)
Custos de construção		(1.625.576)	(1.396.960)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.724.947</b>	<b>1.207.520</b>
Despesas com vendas	23	(211.940)	(253.982)
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	23	(365.900)	(264.748)
<b>Lucro operacional</b>		<b>1.147.107</b>	<b>688.790</b>
Resultado Financeiro		(387.036)	(476.692)
Receitas financeiras	24	2.447.029	1.149.522
Despesas financeiras	24	(2.834.065)	(1.626.214)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>760.071</b>	<b>212.098</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(121.514)</b>	<b>(35.054)</b>
Corrente	9	(13.816)	-
Diferido	9	(107.698)	(35.054)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>638.557</b>	<b>177.044</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital em - R\$:</b>			
Ordinária		2.6672	0,8413
Preferencial A		2.6672	0,8413
Preferencial B		2.9339	0,9254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

	Reserva de capital		Reserva de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ações	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal				
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	709.872	18.569	339.052	340.429	108.433	739.031	(156.608)	-	2.955.706
Aumento de capital	589.176	-	-	(340.429)	-	-	-	-	248.747
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-	177.044	177.044
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	(100.519)	-	-	(100.519)
Destinação:									
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	61.754	(61.754)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(115.290)	-	(115.290)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.299.048</b>	<b>18.569</b>	<b>339.052</b>	<b>340.429</b>	<b>108.433</b>	<b>800.785</b>	<b>(257.127)</b>	<b>-</b>	<b>3.165.688</b>
Aumento de capital	1.689.114	-	-	-	-	-	-	-	1.689.114
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	393	-	-	-	-	393
Adoção inicial CPC 48/IFRS 9 (Nota 2.6)	-	-	-	-	-	-	-	4.411	4.411
(-) Gastos com Emissão de Ações	-	-	-	-	(1.661)	-	-	-	(1.661)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-	638.557	638.557
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	22.890	-	-	22.890
Efeito hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(8.159)	-	-	(8.159)
Destinação:									
Reserva legal	-	-	-	-	31.928	-	(31.928)	-	-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	38.328	-	(38.328)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(306.232)	-	(306.232)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(266.480)	-	(266.480)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.988.162</b>	<b>18.569</b>	<b>339.052</b>	<b>340.429</b>	<b>140.361</b>	<b>800.785</b>	<b>(242.396)</b>	<b>-</b>	<b>5.205.001</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)**
**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) e controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente, na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 de Estimativa de Valor Justo. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, vide nota explicativa 21 (a) e 21 (c), respectivamente; (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide nota explicativa 21 (b); (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa 9; (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide notas explicativas 11 e 12; (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa 6; (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 27; (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 18; (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 10; (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Vide nota explicativa 29. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. **Classificação e mensuração subsequente:** Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) ou ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”) com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento

inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. **Avaliação do modelo de negócio; política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018:** A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados; - como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e - a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia. Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:** Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018: Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. **Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018:

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) **Compensação de saldos (“off-setting”):** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iv) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”):**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)**

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa operacional</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>638.557</b>	<b>177.044</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Amortização	(*) 434.898	399.203
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(278.671)	(157.836)
Imposto de renda e contribuição social	107.698	35.054
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	363.353	400.170
Valor de reposição estimado da concessão	(234.632)	(152.139)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos de investimento, intangíveis e financeiros indenizáveis	35.654	54.740
Provisão contingências civis, fiscais e trabalhistas	61.474	69.740
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	86.082	74.168
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	71.358	62.622
Atualização das provisões para contingências	45.110	41.723
Atualização de títulos e valores mobiliários	(783)	(380)
Outras atualizações de receitas e despesas, líquidas	(7.969)	(4.095)
<b>1.322.129</b>	<b>1.000.014</b>	

**Varições em:**

Contas a receber de clientes e outros	(166.194)	(370.241)
IR e CSLL a recuperar	(127.176)	4.302
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(54.338)	(59.939)
Depósitos judiciais	(10.723)	8.180
Despesas pagas antecipadamente	(23.073)	(24.267)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	195.386	51.544
Benefício pós-emprego e outros benefícios	22.393	28.956
Outros ativos	(88.648)	(124.640)
<b>(252.373)</b>	<b>(485.762)</b>	

Fornecedores	266.480	266.480
Salários e encargos a pagar	(5.751)	26.842
Encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(367.049)	(404.361)
Encargos setoriais	(29.827)	48.951
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(26.986)	(9.303)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	9.130	12.079
Indenizações e contingências pagas	(95.999)	(120.745)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(66.509)	(38.099)
Outros passivos	68.839	52.109
<b>(680.304)</b>	<b>(200.174)</b>	

**Fluxo de caixa oriundo/(consumido) das atividades operacionais**

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

Aquisição de intangível	(1.758.675)	(1.793.701)
Resgate/aplicação em títulos e valores mobiliários	(6.992)	(208.811)
<b>(1.765.667)</b>	<b>(1.584.890)</b>	

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Aumento de capital	839.114	248.744
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	850.000
Captação de empréstimos e financiamentos	721.663	1.640.082
Captação de debêntures	2.000.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(1.496.024)	(1.302.881)
Amortização do principal de debêntures	(250.000)	-
Pagamentos de custos de captação	(26.577)	(15.399)
Depósitos em garantia	8.848	(2.794)
Obrigações especiais	200.480	369.185
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(321.128)	(7.863)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>1.676.376</b>	<b>1.7</b>

vo, da concessão. **g) Impairment de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: i) Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de fato físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **h) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **Planos de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. A avaliação atuarial dos planos de benefício definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuariários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pelo melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **j) Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. (k) **Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PPECLD"):** A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provimento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor. A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 estão descritas na Nota 26. **l) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia. O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15 estão descritas na Nota 26. **m) Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **n) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **o) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **p) Informação por segmento:** A Companhia possui apenas um segmento, o de distribuição de energia, portanto a Companhia não apresenta informações segmentadas em nota específica. **2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis: I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers):** A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DCIRL. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47/IFRS 15 é como segue apresentado abaixo.

Tipo de produto/serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47/IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita sob o CPC 30/IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A Companhia adotou a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial na norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas. Os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 na Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

	Saldo reportado		Ajustes CPC 47/IFRS 15		Saldos em CPC 47/IFRS 15	
	Ref.	2018	2018	2018	2018	2018
Receita líquida	(a)/(b)	9.237.364	56.099	-	9.293.463	-
Custo do serviço	(b)	(7.512.417)	(50.807)	-	(7.563.224)	-
Despesa com vendas	(a)	(211.940)	(5.292)	-	(217.232)	-
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas		(365.900)	-	-	(365.900)	-
Resultado financeiro		(387.036)	-	-	(387.036)	-
Imposto de renda e contribuição social		(121.514)	-	-	(121.514)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>638.557</b>			<b>689.557</b>	
(a) Valor total da receita não reconhecida de contratos com clientes que apresentem longo histórico de inadimplência. (b) Valor total de penalidades contabilizadas como redução da TUSD. <b>II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments):</b> A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 em aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas como lucros acumulados. • Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.						

RS mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
<b>Ativos Financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	64.553
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	VJR	Custo amortizado	183
Fundos de Investimentos	VJR	VJR	519.057
Títulos e valores mobiliários:			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	2.963
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.618.900
Concessão do Serviço Público - Indenização	Disponível para venda	VJR	4.057.274
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	193.916
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	512.922
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>6.969.768</b>
<b>Passivos Financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	1.092.260
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	1.520.265
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	554.347
Empréstimos e financiamentos	VJR	VJR	3.158.447
Debêntures	VJR	VJR	117.923
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	7.919
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>6.451.161</b>

• Contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*): Na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38/IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9, e optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9. Os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 asseguraram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. A Companhia já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da Companhia (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos. A adoção desta norma não gerou nenhum impacto para a Companhia. • Redução ao valor recuperável (*Impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada, baseada nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas esperadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas dos últimos 24 meses, para todas as classes de consumo e todas as faixas do "aging list". A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. (i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 - Diferenças reconhecidas em lucros acumulados:

Em R\$ mil	Impairment adicional
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	6.683
Impostos diferidos	(2.272)
<b>Perdas adicionais por redução ao valor recuperável</b>	<b>4.411</b>

**III – Outras alterações:** As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia: - Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. - Alterações aos IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*). - Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28/IAS 40). - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. - ICPC 21/IFRS 22. Transações em moeda estrangeira e adiamento. **2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. (i) **IFRS 16, Leases/CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil:** O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17. A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado o impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não representação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor. Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais: (a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição; Adicionalmente, a IFRS 16 substituiu a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais *Covenants*, cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 14. A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Saldos em 1º de janeiro de 2019	Ativo	Passivo
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	15.476	15.476

**Em R\$ mil**  
 Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais  
 (ii) **ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments):** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma. (iii) **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico/Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações a diversos pronunciamentos contábeis.	• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2); • Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; • Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; • Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; • Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015–2017; • Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convenencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão pelo CPC
CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 – Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como "planos de benefício previdenciário", "planos de pensão", "planos de aposentadoria" ou "planos de benefício de aposentadoria". Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 – Financial Instruments	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – Investments in Associates and Joint Ventures	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – Employee Benefits	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
Conceptual Framework in IFRS Standards	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 – Insurance Contracts	Alterações ao pronunciamento técnico para aprimoramento de dispositivos sobre aspectos diversos de contabilização e divulgação de empresas seguradoras.	1º de janeiro de 2021
IFRS 10 – Consolidated Financial Statements e IAS 28 – Investments in Associates and Joint Ventures	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros", procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, no seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa, autorizado pela administração em 16 de fevereiro de 2018. As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido, do lucro líquido do exercício e da demonstração de resultados abrangentes. Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Retificação de Erros, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias: • Mudança nas políticas contábeis; • Mudança nas estimativas contábeis; e • Retificação de erro. 3.1 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017:

Balanço Patrimonial	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
<b>Ativo Circulante</b>				
Contas a receber de clientes e outros	(a)	1.554.337	1.300	1.555.637
Benefício pós-emprego e outros	(b)	15.996	(15.996)	-
Outros ativos circulantes	(a)/(b)	110.408	14.696	125.104
Demais ativos circulantes não impactados		1.333.690	-	1.333.690
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>3.014.431</b>		<b>3.014.431</b>
<b>Ativo não Circulante</b>				
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(b)	14.709	(4.759)	9.950
Outros ativos não circulantes	(b)	1.506	4.759	6.265
Demais ativos não circulantes não impactados		9.523.030	-	9.523.030
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>9.539.245</b>		<b>9.539.245</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>12.553.676</b>		<b>12.553.676</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>12.553.676</b>		<b>12.553.676</b>

(a) Reclassificação dos saldos de cheque cobrança especial que estavam contabilizados na rubrica de Outros ativos circulantes para Contas a receber de clientes e outros, no montante de R\$ 1.300. Esse ajuste é classificado como retificação de erro. (b) Reclassificação dos saldos a receber das fundações que estavam contabilizados na rubrica de Benefício Pós-emprego para Outros ativos circulantes, no

montante de R\$ 15.996, e para Outros ativos não circulantes o montante de R\$ 4.759. Esse ajuste é classificado como retificação de erro. 3.2 Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2017:

	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida	(a)	8.138.430	2.808	8.141.238
Custo do serviço	(b)	(6.941.986)	8.268	(6.933.718)
Despesa com vendas		(253.982)	-	(253.982)
Outras receitas/(despesa) gerais e administrativas	(a)/(b)	(253.672)	(11.076)	(264.748)
Resultado financeiro		(476.692)	-	(476.692)
Imposto de renda e contribuição social		(35.054)	-	(35.054)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>177.044</b>		<b>177.044</b>

(a) Reclassificação de ICMS sobre Material de Deduções da Receitas para Material (Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas), no montante de R\$ 2.808. Esse ajuste é classificado como retificação de erro. (b) Reclassificação de Outras receitas operacionais/perdas, do Custo do serviço para Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas, no montante de R\$ 8.268. Esse ajuste é classificado como retificação de erro. 3.3 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017:

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	212.098	(212.098)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	177.044	177.044
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)/(b)	785.122	37.848	822.970
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(c)	(476.459)	(9.303)	(485.762)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(c)/(d)	(194.100)	(6.074)	(200.174)
Caixa oriundo das atividades operacionais		326.661	(12.583)	314.078
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(1.584.890)	-	(1.584.890)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(b)/(d)	1.766.491	12.583	1.779.074
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>508.262</b>		<b>508.262</b>

(a) Reclassificação dos saldos do Lucro do exercício antes dos impostos para Lucro líquido do exercício, gerando impacto nos grupos de ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil. (b) Reclassificação dos saldos de depósitos em garantia de Fluxo de caixa das atividades operacionais para Flux

(a) Fundo de investimentos de caixa e equivalente de caixa:

Carteira (Caixa e Equivalente de Caixa)	2018	2017
BB TOP Curto Prazo	138.726	210.571
Compromissadas com lastro de títulos públicos	5.802	6.512
Títulos públicos	135	145
Compromissadas com lastro de títulos públicos	144.663	217.228
BB Polo 28 FI Renda Fixa	128.464	769
Bradesco FI RF Referencial DI Recife	128.453	769
Itaú Curto Prazo	32.334	300.174
Compromissadas com lastro de títulos públicos	78.725	-
Compromissadas com lastro de títulos públicos	111.059	300.174
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo FI	158.864	886
Compromissadas com lastro de títulos públicos	158.864	886
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	543.039	519.057
Total fundos exclusivos		

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2018	2017
Consumidores	(a)	1.697.761	1.466.702
Terceiros		1.697.653	1.466.635
Partes relacionadas		108	67
Comercialização de energia na CCEE	(b)	33.863	231.316
Disponibilização sistema de distribuição		71.253	49.438
Terceiros		70.699	48.886
Partes relacionadas		554	552
Serviços prestados a terceiros		14.676	14.170
Serviços taxados e administrativos		9.120	9.166
Subvencões/Subsídios governamentais	(c)	115.117	119.123
Outros créditos de terceiros		88.665	56.148
(+) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(d)	(324.760)	(327.163)
Total		1.705.695	1.618.900
Circulante		1.641.966	1.555.637
Não circulante		63.729	63.263

(a) Consumidores:

	Saldo vencidos			Total		PPECLD	
	Saldo vencidos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2018	2017	2018	2017
<b>Setor privado</b>							
Residencial	239.014	252.144	196.285	687.443	584.336	(152.768)	(172.061)
Industrial	77.621	13.855	31.936	123.412	115.900	(23.742)	(18.672)
Comercial	187.817	63.748	76.652	328.217	284.191	(48.917)	(54.152)
Rural	48.161	26.392	45.654	120.207	103.053	(36.614)	(24.878)
Total	552.613	356.139	350.527	1.259.279	1.087.480	(262.041)	(269.763)
<b>Setor público</b>							
Federal	7.093	5.597	1.469	14.159	10.710	(3.78)	(843)
Estadual	15.774	11.137	800	27.711	16.065	(581)	(612)
Municipal	19.107	14.361	9.535	43.003	40.649	(3.958)	(13.476)
Total	41.974	31.095	11.804	84.873	67.424	(4.917)	(14.931)
Iluminação pública	34.008	15.738	33.546	83.292	40.021	(9.684)	(3.750)
Serviço público	24.008	5.969	19.125	49.102	61.012	(8.901)	(5.397)
Fornecimento não faturado	221.215	-	-	221.215	210.765	(1.434)	-
Total	873.818	408.941	415.002	1.697.761	1.466.702	(286.977)	(293.841)
Circulante				1.665.700	1.446.325	(286.977)	(293.841)
Não circulante				32.061	20.377	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculadas *pro-rata temporis*. (b) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**: Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.093 (R\$ 14.829 em 2017), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia, substanciada na opinião de seus consultores jurídicos e em recentes negociações para liquidação do saldo devedor, reavaliou sua estimativa quanto ao risco de não recebimento do crédito em atraso e reverteu a provisão para créditos de liquidação duvidosa anteriormente constituída. (c) **Subvencões**: (c.1.) Baixa Renda – Tarifa Social: O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 41.710 e refere-se aos meses de outubro a dezembro de 2018 (R\$ 45.803 em 31 de dezembro de 2017). (c.2) CDE: Em 17 de abril de 2018, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.382/2018 aprovando o valor mensal de R\$ 38.552 a ser repassado pela Eletrobras durante o período de abril de 2018 a março de 2019. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 73.407 (R\$ 73.320 em 31 de dezembro de 2017) e corresponde às quotas dos meses de outubro a dezembro.

 (d) **Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PPECLD**:

	Comercialização		Outros		Total	
	Consumidores	de energia na CCEE	créditos	líquidos	2018	2017
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	(334.975)	(14.829)	(33.340)	(383.144)		
Adições	(173.174)	-	(1.776)	(174.950)		
Reversões	84.160	14.829	1.794	100.783		
Baixa para perdas (incobráveis)	130.148	-	-	130.148		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	(293.841)	-	(33.322)	(327.163)		
Adoção inicial CPC 48 (ii)	8.400	-	(1.717)	6.683		
Adições	(217.899)	-	(21.149)	(239.048)		
Reversões	141.549	-	18.405	159.954		
Baixa para perdas (incobráveis)	74.814	-	-	74.814		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	(286.977)	-	(37.783)	(324.760)		

(a) A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.6. Em 2018 a PPECLD foi constituída considerando como premissa o agrupamento de clientes com características similares de risco de crédito, baseada no histórico de comportamento de pagamento dentro de cada faixa de atraso do débito e classe de consumo. No critério geral é aplicada uma matriz de risco de inadimplência com percentuais que refletem a experiência de perda de crédito histórica, idade de vencimento das faturas, inclusive faturas a vencer, segregados por parâmetros de: (i) classe de consumo, (ii) créditos parcelados, e (iii) não faturados e os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral. Além do critério geral, é realizada uma análise individualizada devido ao comportamento específico de determinados clientes em função do risco de crédito de clientes que estão em trâmite judicial e clientes com faturamentos relevantes.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ref.	2018	2017	
<b>Aplicações Financeiras Vinculadas</b>			
CEF	CDB	3.158	2.963
Santander Natal Renda Fixa	Fundo	7.580	-
<b>Total</b>		10.738	2.963
Circulante		7.580	-
Não circulante		3.158	2.963

(a) Referem-se, basicamente, a contas reservas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2018, as garantias estavam 100% constituídas.

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Ref.	2018	2017	
<b>Imposto de renda - IR</b>	(a)	163.796	52.037
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	26.762	11.253
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	248.241	200.470
Programa de integração social - PIS	(c)	9.707	9.115
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	48.611	44.110
Instituto nacional de seguridade social - INSS		2.412	938
Recuperação fiscal - REFI		2.413	2.413
<b>Total</b>		501.942	320.336
Circulante		350.732	195.276
Não circulante		151.210	125.060

(a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC. (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 197.404 (R\$ 186.502 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional. (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo.

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

Ref.	2018	2017	
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	(a)	91.035	194.090
Diferido ativo		511.113	515.155
Diferido passivo		(420.078)	(321.065)
<b>Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)</b>	(b)	94.210	108.714
<b>Total</b>		185.245	302.804
Ativo		185.245	302.804

(a) **Imposto de renda e contribuição social diferido**: A Companhia registrou o diferido sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25% e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Ativo (Passivo) líquidos		2017	
	2018	2017	2018	2017
<b>Base de cálculo Tributo diferido</b>				
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	17.976	4.494	69.089	17.272
Diferenças temporárias	249.865	62.466	501.802	125.451
Contribuição social	267.841	66.960	570.891	142.723
Prejuízos fiscais	17.628	1.587	68.940	6.205
Diferenças temporárias	249.865	22.488	501.802	45.162
<b>Total</b>	267.493	24.075	570.742	51.367
Circulante			91.035	194.090

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	95.352	95.352	70.028	70.028
Provisão para passivo atuarial	762.476	762.476	751.901	751.901
Provisão contingências	309.714	309.714	299.129	299.129
Provisão PLR	35.368	35.368	27.321	27.321
Prejuízo fiscal	17.976	17.628	69.089	68.940
Receita de ultrapassagem	182.588	182.588	189.811	189.811
Perda CCEE/Energia Livre	19.744	19.744	33.836	33.836
Ajuste da quota anual de amortização	77.873	77.873	60.036	60.036
Valor justo de derivativos financeiros	17.039	17.039	-	-
Déficit plano previdenciário	-	-	3.713	3.713
Outros	2.371	2.371	10.337	10.337
<b>Total Ativo</b>	1.520.501	1.520.153	1.515.201	1.515.052
<b>Passivo (-)</b>				
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	(2.121)	(2.121)
Valor justo do ativo indenizável	(1.006.887)	(1.006.887)	(772.255)	(772.255)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(194.636)	(194.636)	(150.376)	(150.376)
Déficit plano previdenciário	(22.538)	(22.538)	(8.232)	(8.232)
Custo de captação	(28.599)	(28.599)	(11.326)	(11.326)
<b>Total Passivo</b>	(1.252.660)	(1.252.660)	(944.310)	(944.310)
<b>Total Líquido</b>	267.841	267.493	570.891	570.742

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2018 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 06 de dezembro de 2018 indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera. Os tributos diferidos ativos tem expectativa de realização no exercício de 2019 no valor de R\$ 91.035.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	760.071	760.071	212.098	212.098
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	190.018	68.406	53.025	19.089
<b>Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo:</b>				
Diferenças Permanentes	(73.104)	(26.304)	(27.215)	(9.845)
Incentivos fiscais	(38.328)	-	-	-
Outros	590	236	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	79.176	42.338	25.810	9.244

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Corrente</b>				
Recolhidos e pagos	767	26.219	3.999	5.304
Compensados e deduzidos	108.994	2.993	46.331	2.937
Impostos antecipados a recuperar	(109.761)	(15.396)	(50.330)	(8.241)
<b>Diferido</b>	79.176	28.522	25.810	9.244
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	79.176	42.338	25.810	9.244
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	10,42%	5,57%	12,17%	4,36%

Corrente

Diferido

Amortização do ágio e reversão da PMIPL

**Imposto de renda e contribuição social do exercício**

(121.514) (35.054)

(13.816) (19.689)

(14.505) (15.365)

(121.514) (35.054)

(13.816) (19.689)

(14.505) (15.365)

(121.514) (35.054)

(13.816) (19.689)

(14.505) (15.365)

(121.514) (35.054)

(13.816) (19.689)

(14.505) (15.365)

(121.514) (35.054)

(13.816) (19.689)

(14.505) (15.365)

(121.514) (35.054)

(13.816) (19.689)

(14.505) (15.365)

(121.514) (35.054)

(13.816) (19.689)

(14.505) (15.365)

(121.514) (35.054)

(13.816) (19.689)

(14.505) (15.365)

(121.514) (35.054)

**(I) Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures:**

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2018
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro/Investimentos	2,5000% a 9,5000%/TJLP + 1,9300%/108,00% a 122,90% do CDI	2019 a 2021	Aval da Neoenergia/Conta Reserva/Clean	500.000	443.260
Bank of América	Dólar/Euro	Capital de Giro/NDFs	1,679%/Libor + 1,5000% a Libor + 1,9000%	2020 a 2022	Aval da Neoenergia/Nota promissória	78.893	80.813
BNDES	Real	Investimentos	3,0000% a 6,0000%/TJLP + 1,5900% a TJLP + 3,0600%/SELIC + 2,0900% a SELIC + 2,5300%	2019 a 2035	Aval da Neoenergia/Conta Reserva/Cessão Fiduciária/Fiança Bancária	1.840.112	982.823
BNP Paribas	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	78.908	80.840
Citibank	Dólar	Capital de Giro/NDFs	Libor + 1,8000% a Libor + 1,9000%	2020 a 2021	Aval da Neoenergia	176.048	180.899
European Investment Bank	Dólar	Investimentos	2,9730% a 3,4020%/Libor + 0,7690% a Libor + 0,8620%	2025 a 2030	Fiança Bancária	717.455	714.958
FINPEP	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	5,0000%/TJLP + 0,5000%	2019 a 2022	Aval da Neoenergia/Fiança Bancária	36.731	1.093
Itaú	Dólar	Capital de Giro/NDFs	3,6380% a 4,6495%	2019 a 2021	Aval da Neoenergia/Nota Promissória/Cessão Fiduciária de Swap	400.000	409.425
JP Morgan	Dólar	Capital de Giro	3,76670%	2020	Aval da Neoenergia	82.750	85.236
Mizuho	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,4000%	2020	Aval da Neoenergia	95.052	97.115
Sumitomo	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	78.908	80.660
Tokyo-Mitsubishi	Dólar	Capital de Giro/NDFs	4,1450%	2020 a 2021	Aval da Neoenergia/Clean	179.834	186.963
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,0000% a 6,0000%	2025 a 2026	Aval da Neoenergia/Receíveis/Fiança Bancária	75.790	57.673
Industrial and Commercial Bank of China	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	55.235	56.962
Debenturistas	Real	Capital de Giro/Investimentos/Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI/CDI + 0,9500%/IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia/Clean	2.400.000	2.422.820
						<b>6.795.714</b>	<b>5.881.541</b>

**14.1. Empréstimos e financiamentos:** A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>402.403</b>	<b>1.344.022</b>	<b>727.862</b>	<b>1.316.662</b>	<b>3.790.969</b>
Ingressos	92.748	168.075	50.000	1.329.259	1.640.082
Encargos	123.649	-	81.863	38.807	205.499
Varição monetária e cambial	5.268	22.948	75.663	38.807	142.686
Derivativos	-	-	51.436	(10.119)	41.317
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(205)	(886)	(1.091)
Transferências	329.785	(329.785)	1.169.021	(1.169.021)	-
Amortizações do principal	(511.992)	-	(790.889)	-	(1.302.881)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais e swap líquidas	(125.732)	(4.146)	(210.357)	-	(340.235)
(-) Mov. depósitos em garantia	(34.140)	31.346	-	-	(2.794)
(+) Custos de transação	5.816	-	10.835	-	16.651
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>287.805</b>	<b>1.232.460</b>	<b>1.165.236</b>	<b>1.504.702</b>	<b>4.190.203</b>
Ingressos	53.659	251.308	-	416.696	721.663
Encargos	96.341	-	109.534	-	205.875
Varição monetária e cambial	4.355	16.390	179.447	354.505	554.697
Derivativos	-	-	(136.295)	(342.095)	(478.390)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	1.785	16.581	18.366
Transferências	462.507	(462.507)	69.159	(69.159)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(372.169)	-	(1.123.855)	-	(1.496.024)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais e swap líquidas	(98.325)	(1.032)	(172.408)	-	(271.765)
(-) Mov. depósitos em garantia	8.848	-	-	-	8.848
(+) Custos de transação	5.209	-	39	-	5.248
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>448.230</b>	<b>1.036.619</b>	<b>92.642</b>	<b>1.881.230</b>	<b>3.458.721</b>

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
<b>Contratos de Dívida no Mercado Internacional</b>			
Dólar	4131	jun/21 PRÉ	179.834
Financiamento	jan/30	LIBOR	236.862
<b>Taxa Média/Sub-total</b>		<b>7,83%</b>	<b>416.696</b>
<b>Contratos de Dívida no Mercado Nacional</b>			
Financiamento	jun/24	TJLP	2.436
Financiamento	mar/24	TJLP	171.344
Financiamento	mar/24	SELIC	131.187
<b>Taxa Média</b>		<b>9,10%</b>	<b>304.967</b>
<b>Taxa Média e Total</b>		<b>8,36%</b>	<b>721.663</b>

Além dos indexadores mencionados acima, as captações realizadas no exercício incorreram em spreads estabelecidos contratualmente nas negociações realizadas com os financiadores. Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018		
	Dívida	Custos transação	Total líquido
2020	1.540.712	(766)	1.539.946
2021	493.834	(766)	493.068
2022	247.931	(470)	247.461
2023	191.023	(235)	190.788
2024	97.845	-	97.845
Após 2024	353.783	-	353.783
<b>Total obrigações</b>	<b>2.925.128</b>	<b>(2.237)</b>	<b>2.922.891</b>
Marcação a mercado	-	-	(5.042)
<b>Total</b>			<b>2.917.849</b>

**Condições restritivas financeiras (covenants):** Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 e o 2. o contrato firmado junto ao BNDES, que é apurado anualmente, prevê que no caso de não cumprimento dos índices financeiros, observado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia deve constituir garantias reais de 130% do saldo devedor, no prazo de 30 dias da notificação do banco. Em janeiro de 2018, a Companhia constituiu as garantias adicionais conforme previsto em contrato. Vale ressaltar que o descumprimento do índice financeiro não enseja o vencimento antecipado. Além dos índices financeiros listados acima, a Companhia possuía uma restrição com a Eletrobrás para captação de novas dívidas, caso o indicador Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3. Em 18 de outubro de 2018 a Companhia pré-pagou os referidos contratos com a Eletrobrás não existindo mais restrições para captação de novas dívidas indicador Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3. **14.2. Debêntures:** A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
	<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>12.054</b>	<b>645.517</b>
Encargos	71.455	-	71.455
Varição monetária e cambial	52	2.855	2.907
Derivativos	3.475	(2.855)	620
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(70)	(70)
Transferências	(2.909)	2.909	-
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais e swap líquidas	(79.129)	(396)	(79.525)
(+) Custos de transação	2.818	-	2.818
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>7.816</b>	<b>647.960</b>	<b>655.776</b>
Ingressos	-	2.000.000	2.000.000
Encargos	125.692	-	125.692
Varição monetária e cambial	165	12.369	12.534
Derivativos	(568)	(3.923)	(4.491)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	727	727
Transferências	545.804	(545.804)	-
Amortização de principal	(250.000)	-	(250.000)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais e swap líquidas	(100.956)	(20.905)	(121.861)
(+) Custos de transação	4.444	-	4.444
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>332.397</b>	<b>2.090.424</b>	<b>2.422.821</b>

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Emissão	Vencimento	Indexador	Valor Captado	Ref.	2018	2017
10 <sup>a</sup>	abr/23	116% CDI	900.000			
10 <sup>a</sup>	out/22	116% CDI	300.000			
11 <sup>a</sup>	ago/25	IPCA + 6,2214%	800.000			
<b>Total</b>			<b>2.000.000</b>			

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2021	100.000	-	100.000
2022	450.000	(1.663)	448.337
2023	1.019.482	(6.783)	1.012.699
2024	269.482	(5.119)	264.363
Após 2024	269.482	(5.119)	264.363
<b>Total obrigações</b>	<b>2.108.446</b>	<b>(18.684)</b>	<b>2.089.762</b>
Marcação a mercado	-	-	662
<b>Total</b>			<b>2.090.424</b>

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

**Condições restritivas financeiras (covenants):** As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., listados abaixo: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

**15. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR**

	2018	2017
Salários	132	15.071
Encargos sociais	4.561	12.247
Provisões de férias e 13 <sup>o</sup>	29.557	28.665
Encargos sobre provisões de férias e 13 <sup>o</sup>	11.847	4.482
Provisão para participação nos lucros e resultados	40.137	31.062
Outros	44	202
<b>Total</b>	<b>86.278</b>	<b>92.029</b>

**16. ENCARGOS SETORIAIS**

	Ref.	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	40.214	42.346
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	1.974	1.981
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	987	980
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(b)	48.587	43.491
Programa de Eficiência Energética – PEE	(c)	47.286	26.003
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSSE	(c)	930	784
Outros CCRBT	(d)	-	50.181
<b>Total</b>		<b>139.978</b>	<b>165.776</b>
Circulante		101.757	134.859
Não circulante		38.221	30.917

(a) **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):** Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso (R\$ 9.825 em 31 de dezembro de 2017); CDE-ENERGIA no valor de R\$ 8.023 (R\$ 7.800) conforme Resolução nº 2.446 de 09/2018 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 32.191 (R\$ 24.721) conforme Resolução nº 2.231 de 04/2017. (b) **Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconhece passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e

PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2<sup>o</sup> mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. (c) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. (d) **Encargos Setoriais – Outros CCRBT:** Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	72.102	91.446
Programa de integração social - PIS	13.675	12.386
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	63.359	57.399
Instituto nacional de seguridade social - INSS	6.626	4.826
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	1.798	1.591
Imposto sobre serviços - ISS	357	434
Impostos e contribuições retidos na fonte	49.914	11.894
Outros	240	1.377
<b>Total</b>	<b>208.071</b>	<b>181.353</b>
Circulante	201.717	175.993
Não Circulante	6.354	5.360

**18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

**Provisões:** A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatória, decorrentes do curso normal de suas atividades. Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia constata a opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entendendo que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. As provisões estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>165.580</b>	<b>134.828</b>	<b>20.346</b>	<b>5.135</b>	<b>325.889</b>
Adição	25.170	90.052	311	-	115.533
Reversões por ganho	(21.576)	(21.302)	(2.915)	-	(45.793)
Reversões por Pagamentos/Indenizações	(19.897)	(103.673)	2.825	-	(120.745)
Atualização	22.485	17.400	1.307	-	41.192
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>171.762</b>	<b>117.305</b>	<b>21.874</b>	<b>5.666</b>	<b>316.607</b>
Adição	26.099	76.598	450	-	103.147
Reversões por ganho	(21.440)	(20.236)	3	-	(41.673)
Reversões por Pagamentos/Indenizações	(12.464)	(83.074)	(461)	-	(95.999)
Atualização	19.403	24.029	1.074	-	44.506
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>183.360</b>	<b>114.622</b>	<b>22.940</b>	<b>6.270</b>	<b>327.192</b>
Circulante	12.464	43.911	462	-	56.837
Não circulante	170.896	70.711	22.478	-	267.084

**Trabalhistas:** Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo a cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 463.526 (R\$ 604.785 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 835.760 (R\$ 769.262 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m. **Fiscais:**

### 23. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo/Receitas/ Despesas	Ref.	2018		2017	
		Custos dos serviços	Despesas com vendas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(212.089)	(65.474)	(134.342)	(411.905)
Administradores	-	-	-	(3.898)	(3.898)
Benefício pós emprego	-	-	-	(428)	(428)
Material	(44.990)	(432)	(1.986)	(47.408)	(38.496)
Serviços de terceiros	(528.357)	(58.157)	(119.500)	(706.014)	(731.462)
Amortização	(388.331)	-	(32.626)	(420.957)	(388.055)
Arrendamentos e alugueis	(1.755)	(5)	(5.408)	(7.168)	(6.508)
Tributos	(100)	(123)	(6.966)	(7.189)	(7.109)
Provisão para perdas esperada de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	-	(86.082)	-	(86.082)	(74.168)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(61.474)	(61.474)	(70.268)
Outras receitas/despesas	(c)	(18.156)	(1.667)	728	(19.095)
<b>Total custos/receitas/despesas</b>		<b>(1.193.778)</b>	<b>(211.940)</b>	<b>(365.900)</b>	<b>(1.771.618)</b>

#### (a) Custo e despesa de pessoal:

	2018	2017
Remunerações	(192.869)	(209.646)
Encargos sociais	(88.659)	(88.189)
Auxílio alimentaçao	(29.027)	(24.927)
Previdência privada e outros benefícios	(15.762)	(22.487)
Rescisões	(25.358)	(8.955)
Férias e 13º salário	(49.257)	(48.435)
Plano de saúde	(42.800)	(30.935)
Participação nos lucros e resultados	(42.694)	(49.406)
Encerramento de ordem em curso	(1.493)	(1.610)
(-) Transferências para ordens	79.140	60.902
Outros	(3.126)	-
<b>Total</b>	<b>(411.905)</b>	<b>(423.688)</b>

#### (b) Amortização:

	2018	2017
Quota de amortização no exercício	(434.745)	(399.040)
Cota bens de renda	(153)	(163)
(-) Crédito PIS/COFINS	13.941	11.148
<b>Total</b>	<b>(420.957)</b>	<b>(388.055)</b>

#### (c) Outras receitas e despesas:

	2018	2017
Seguros	(4.148)	(3.847)
Doações e contribuições	(585)	(1.135)
Recuperação de despesa	10.548	10.287
Órgãos de classe do setor elétrico	(2.998)	(3.654)
Despesas de viagem	(12.128)	(12.749)
Consumo próprio de energia elétrica	(10.512)	(10.031)
Propaganda e publicidade	(2.602)	(2.548)
Alimentação	(1.122)	(1.222)
Multas regulatórias	-	(38.427)
Encerramento de ordem	(325)	(590)
Multa contratual do consumidor	76.322	71.981
Perdas/alienação/cancelamento/desativação	(73.654)	(55.101)
Indenização danos elétricos	(4.696)	(4.803)
Eventos	(698)	(548)
Outros	7.503	(401)
<b>Total</b>	<b>(19.095)</b>	<b>(52.788)</b>

(-) Adoção do CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.6.

### 24. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	98.228	38.174
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	55.478	48.594
Variações monetárias e cambiais - Dívida	1.122.204	633.962
Variações monetárias e cambiais - Outras receitas	1.497	6.025
Instrumentos financeiros derivativos	1.101.783	409.395
Atualização depósitos judiciais	12.000	9.019
Atualização do ativo financeiro setorial	26.066	-
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(12.615)	(6.541)
Outras receitas financeiras	42.388	10.894
<b>Total</b>	<b>2.447.029</b>	<b>1.149.522</b>

#### Despesas financeiras

Encargos de dívida	(285.134)	(224.006)
Variações monetárias e cambiais - Dívida	(1.696.688)	(778.582)
Variações monetárias e cambiais - Outras despesas	(18.256)	(27.232)
Instrumentos financeiros derivativos	(620.386)	(451.330)
Benefícios Pós-Emprego e outros benefícios	(74.778)	(65.256)
IOF	(7.857)	(8.837)
Encargos P&D/PEE	(4.028)	(4.925)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	(1.236)
Atualização contingências	(45.110)	(41.723)
Outras despesas financeiras	(81.828)	(22.817)
<b>Total</b>	<b>(2.834.065)</b>	<b>(1.626.214)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(387.036)</b>	<b>(476.692)</b>

### 25. SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Compra de Energia Elétrica</b>					
Itapebi Geração de Energia S.A.	(a.1)	-	-	(116.280)	2017
Temporambuco S/A	(a.1)	(16.200)	(20.628)	(131.483)	(131.025)
Baguari 1 Geração Energia Elétrica S.A.	(a.2)	(601)	(600)	(5.059)	(4.902)
Norte Energia S.A.	(a.2)	(47.293)	(30.147)	(396.981)	(246.000)
Energética Águas da Pedra	(a.2)	(2.544)	(2.542)	(21.427)	(20.734)
Calango 1 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(121)	-	(1.430)
Calango 4 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(113)	-	(1.326)
Calango 5 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(120)	-	(1.409)
Caetité 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(101)	-	(1.184)
Calango 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(104)	-	(1.222)
Calango 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(122)	-	(1.430)
Caetité 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(102)	-	(1.195)
Mel 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(82)	-	(963)
Arizona 1 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(110)	-	(1.291)
Cia Hidroelétrica Teles Pires	(a.2)	(7.440)	(7.326)	(62.668)	(65.146)
<b>Total</b>		<b>(74.078)</b>	<b>(62.218)</b>	<b>(617.618)</b>	<b>(595.546)</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (TUST) e (CUST)</b>					
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(c)/(d)	(1.679)	(1.439)	(13.944)	(13.878)
Se Naranjinha S.A.	(c)/(d)	(1.389)	(940)	(10.631)	(8.950)
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)/(d)	(69)	(63)	(580)	(439)
<b>Total</b>		<b>(3.137)</b>	<b>(2.442)</b>	<b>(25.155)</b>	<b>(23.267)</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)</b>					
Celpe	(b)	546	412	5.037	5.173
<b>Total</b>		<b>546</b>	<b>412</b>	<b>5.037</b>	<b>5.173</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Fornecimento de Energia</b>					
Itapebi Geração de Energia S.A.	(f)	108	57	872	914
<b>Total</b>		<b>108</b>	<b>57</b>	<b>872</b>	<b>914</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Serviços Administrativos</b>					
Afluentes Transmissão Energia Elétrica S.A.	(n)	(3)	(11)	(34)	-
<b>Total</b>		<b>(3)</b>	<b>(11)</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Faelba</b>					
	(g)	27.216	20.755	(30.917)	(10.723)
<b>Total</b>		<b>27.216</b>	<b>20.755</b>	<b>(30.917)</b>	<b>(10.723)</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>CONTROLADORES</b>					
<b>Serviços Administrativos</b>					
Neoenergia S.A.	(e)	36.912	15.477	(42.649)	(7.740)
<b>Total</b>		<b>36.912</b>	<b>15.477</b>	<b>(42.649)</b>	<b>(7.740)</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Dividendos e JSCP</b>					
Neoenergia S.A.	(l)	(157.898)	(223.678)	-	-
Previ	(l)	(4.265)	-	-	-
Outros Minoritários	(l)	(3.948)	(2.204)	-	-
<b>Total</b>		<b>(166.111)</b>	<b>(225.882)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>CONTROLADORES</b>					
<b>Empréstimos e Aplicação Financeira</b>					
Banco do Brasil	(h)/(j)/(k)	(299.864)	(241.054)	19.307	(41.211)
<b>Total</b>		<b>(299.864)</b>	<b>(241.054)</b>	<b>19.307</b>	<b>(41.211)</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)</b>					
Neoenergia S.A.	(m)	-	(850.000)	-	-
<b>Total</b>		<b>(478.411)</b>	<b>(1.344.906)</b>	<b>(697.248)</b>	<b>(677.735)</b>

Ref	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>CIRCULANTE</b>					
NÃO CIRCULANTE					
<b>Total</b>		<b>(260.186)</b>	<b>(54.109)</b>	<b>(218.225)</b>	<b>(1.290.797)</b>

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados: a.1) Contratação Bilateral (Instituída), aprovada pela ANEEL. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM. a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA. (b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente: (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou (ii) pela variação do IGPM. (c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (e) (i) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. Contratos de cessão de crédito com a Neoenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN e do PRORELIT de débitos com a Receita Federal do Brasil corrigidos mensalmente pelo IGPM pró-rata. (ii) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa com avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval. (f) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL. (g) Contribuições da Companhia para o fundo previdenciário dos funcionários ativos calculados sobre as remunerações mensais e contabilizadas dos fundos de reservas: (i) As Reservas Especiais dos Planos de Benefícios autorizados pelos ofícios PREVIC nº 983 de 11/10/2017, nº 540 de 21/11/2016, nº 583 de 08/03/2016 e nº 410 de 19/02/2015; (ii) O excedente da reserva do fundo de risco: (iii) o fundo de sobras. (h) Contratos de empréstimo corrigido pela taxa fixa de 9,5% a.a.; e mensalmente com base no CDI, com vigência entre 2019 e 2021. (i) Contrato de serviço de arrecadação das faturas de energia corrigido pelo IPCA. (j) Aplicações financeiras em Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado e Certificado de Depósito Bancário (CDB). (k) Con-

trato de aplicação em Fundos de Investimentos em Renda Fixa - BB POLO 28. (l) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio. (m) A Companhia celebrou contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, junto a sua Controladora Neoenergia S.A. integralizado em Julho de 2018. (n) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL. 25.1. Remuneração da administração: O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.898 (R\$ 9.807 em 31 de dezembro de 2017), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

	2018	2017
Remuneração recorrente	3.077	3.539
Benefícios de curto prazo	1.521	3.371
Benefícios de longo prazo	(700)	1.384
Rescisões contratuais	-	1.513
<b>Total</b>	<b>3.898</b>	<b>9.807</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores registrados na contabilidade pelo regime de competência apresentam saldo credor em decorrência da reversão de provisões de ILP, constituídas em exercícios anteriores, e que não irão mais ser pagas. Observado o regime de caixa, a ACO, realizada em 29 de março de 2018, aprovou o montante de até R\$ 7.207 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante pago foi de R\$ 5.293 (R\$ 7.615 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhamento abaixo:

	2018	2017
Remuneração recorrente	2.920	3.330
Benefícios de curto prazo	833	1.860
Benefícios de longo prazo	1.541	912
Rescisões contratuais	-	1.513
<b>Total</b>	<b>5.293</b>	<b>7.615</b>

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

### 26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e de políticas internas: A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Dentre as dire-

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>								
Empréstimos e financiamentos	3.847.653	4.855.258	724.183	2.000.231	624.616	337.555	273.614	895.059
Debêntures	2.438.701	3.453.745	462.121	165.072	307.541	612.425	1.170.413	736.173
Fornecedores	927.769	927.769	880.638	-	-	-	-	47.131
<b>Passivos financeiros derivativos</b>								
Swap cambial e de taxa de juros	(403.410)	(621.706)	19.258	(261.158)	(42.184)	(6.575)	(16.782)	(314.265)
Non-deliverable Forwards (NDF)	19	19	12	7	-			

os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

## 29. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGOS E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina dois planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 2, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1, estruturado na modalidade de contribuição definida) e um plano de assistência médica e odontológica (Plano de Saúde Pós Emprego), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. Planos de Benefícios Previdenciários: A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar - FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano de Benefícios Previdenciários nº 2 - Plano BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 (FAELFLEX - Plano CD). O Plano de Benefícios Previdenciários nº 2 - é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 os novos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo. As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão ao plano. As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	2018	2017
Custo do Intangível em Curso	(2.360)	(2.017)
Despesas Operacionais	(12.440)	(15.927)
	<b>(14.800)</b>	<b>(17.944)</b>

Plano de Saúde Pós Emprego: A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial para cobertura de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar e de Assistência Odontológica para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC). Deliberação CVM nº 695 - CPC 33 - Benefícios a Empregados: A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 - Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes. Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA e do plano de saúde, em 31 de dezembro de 2018 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012. As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,10%	9,59%	9,25%	9,93%	9,46%	10,21%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	5,55%	5,29%	5,55%	5,29%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,25%	N/A	4,25%	4,50%	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	5,50%	4,25%	4,50%	4,25%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	8,82%	8,73%	Nula	Nula	8,82%	8,73%
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	-

	BR-EMSSb-2015		BR-EMSSb-2015		BR-EMSSb-2015	
	AT-2000	AT-2000	Basic	Basic	Basic	Basic
Tábua biométrica de mortalidade geral	(Suavizada em 15%)	(Suavizada em 15%)	(Suavizada em 15%)	(Suavizada em 15%)	(Suavizada em 15%)	(Suavizada em 15%)

	N/A		N/A		N/A	
	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

Probabilidade de ingresso em aposentadoria em 100% na primeira elegibilidade

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	Plano CD		Plano BD		Plano de saúde Pós Emprego	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	-	6.796	351.191	345.405	806.774	798.044
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-	6.545	322.521	316.921	722.223	710.058

**% de impacto na obrigação de benefício definido**

	0%	1,92%	4,43%	4,48%	5,81%	6,14%
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	0%	(1,84%)	(4,10%)	(4,14%)	(5,28%)	(5,56%)

**Impacto na duração média na obrigação de benefício definido**

	-	3,81	9,75	8,76	12,75	11,91
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	-	3,71	9,23	8,45	11,89	11,45

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano		Entre 1-2 anos		Entre 2-5 anos		Mais de 5 anos		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Benefícios de aposentadoria - BD	29.630	29.164	84.188	84.188	126.627	126.627	269.609	269.609	
Benefícios de saúde pós-emprego	43.420	44.722	138.558	242.783	469.483	469.483	-	-	

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		2017		
<b>Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa</b>					
Benefícios de previdência - CD	-	-	-	-	(3.906)
Benefícios de previdência - BD	-	-	24.064	9.950	-
Benefícios de saúde pós-emprego	-	-	(762.477)	(751.901)	-
	-	-	<b>(738.413)</b>	<b>(745.857)</b>	-

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, Salvador-BA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração dos Ativos Financeiros da Concessão e do Intangível:** (Consulte a nota explicativa 2.5, 11 e 12 das demonstrações financeiras). A interpretação Técnica IPCP 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) determina que a Companhia deve atender às características determinadas no contrato de construção de distribuição de energia considerando que os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão devem ser classificados como ativos financeiros por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e o investimento remanescente do ativo financeiro deve ser classificado como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. O órgão regulador (ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica) considerou a infraestrutura de distribuição também como base para determinação da tarifa para cada ciclo tarifário e representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário. A avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativos Financeiros da Concessão e do Intangível como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à bifurcação do ativo financeiro da concessão considerando a parcela dos investimentos realizados e o montante dos ativos que não serão amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível e revisamos se os cálculos da atualização da base de remuneração associada aos ativos existentes em operação estão consistentes e de acordo com o último ciclo tarifário da Companhia e com o Manual de Procedimentos de Regulação Tarifária aprovado pela ANEEL. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros da Concessão e do Intangível são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** (Consulte a nota explicativa 2.5 e 18 das demonstrações financeiras). A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal. Ao determinar os montantes a serem reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Essa determinação envolve julgamento na avaliação da expectativa da existência de obrigação presente resultante de evento passado e da probabilidade de desembolso, já que requer a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia, bem como análise individualizada dos processos e da jurisprudentia subjacente. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do montante para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Obtivemos entendimento sobre a avaliação do desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Obtivemos confirmações externas dos consultores legais que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, contendo informação sobre os montantes envolvidos e avaliação de risco de perda e comparamos com os registros contábeis, e avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para registrar as provisões para contingência. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), por exemplo, informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que a mensuração das provisões

## Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano

	2018	2017
Benefícios de previdência - CD	2.851	(733)
Benefícios de previdência - BD	960	860
Benefícios de saúde pós-emprego	(76.891)	(69.139)
	<b>(73.080)</b>	<b>(69.012)</b>

## Redimensionamento atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício

	2018	2017
Benefícios de previdência - CD	1.055	1.976
Benefícios de previdência - BD	13.153	1.759
Benefícios de saúde pós-emprego	20.474	(156.035)
	<b>34.682</b>	<b>(152.300)</b>

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós-Emprego	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Custo do serviço passado	2.876	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(845)	(1.307)	(28)	(7)	(2.430)	(4.161)
Custo dos juros	(317)	(547)	988	867	(74.461)	(64.978)
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.137	1.121	-	-	45.842	40.470
<b>Total incluído no resultado</b>	<b>2.851</b>	<b>(733)</b>	<b>960</b>	<b>860</b>	<b>(31.049)</b>	<b>(28.669)</b>

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós-Emprego	
	2018	2017	2018	2017
Custo do serviço corrente	(1.307)	(7)	(2.430)	(4.161)
Custo dos juros	(996)	(34.552)	(74.461)	(64.978)
Contribuições pagas pelos participantes	(18)	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	395	36.659	40.470	40.470
Premissas demográficas	2.968	(14.141)	7.168	7.168
Premissas financeiras	(114)	(21.393)	(64.769)	(64.769)
Experiência do plano	1.582	10.493	(98.435)	(98.435)
<b>Obrigações atuariais em 31/12/2017</b>	<b>(6.667)</b>	<b>(330.603)</b>	<b>(751.901)</b>	<b>(751.901)</b>
Custo do serviço passado	6.798	-	-	-
Custo do serviço corrente	(845)	(28)	(2.430)	(4.161)
Custo dos juros	(571)	(31.373)	(74.461)	(64.978)
Contribuições pagas pelos participantes	(24)	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	343	48.372	45.842	45.842
Premissas demográficas	28	-	453	453
Premissas financeiras	(14)	(13.273)	(37.170)	(37.170)
Experiência do plano	952	(9.399)	57.190	57.190
<b>Obrigações atuariais em 31/12/2018</b>	<b>-</b>	<b>(336.304)</b>	<b>(762.477)</b>	<b>(762.477)</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós-Emprego	
	2018	2017	2018	2017
<b>Valor Justo dos ativos em 31/12/2016</b>	<b>4.028</b>	<b>478.018</b>	-	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	449	54.705	-	-
Redimensionamento atuariais	(2.459)	10.424	-	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.121	-	40.470	40.470
Contribuições pagas pelos participantes	18	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(395)	(36.659)	(40.470)	(40.470)
<b>Valor Justo dos ativos em 31/12/2017</b>	<b>2.762</b>	<b>506.488</b>	-	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	253	48.838	-	-
Redimensionamento atuariais	89	50.035	-	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.137	-	45.842	45.842
Contribuições pagas pelos participantes	25	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(343)	(48.372)	(45.842)	(45.842)
Pagamentos do custo do serviço passado dos ativos do plano	(3.923)	-	-	-
<b>Valor Justo dos ativos em 31/12/2018</b>	<b>-</b>	<b>556.989</b>	-	-

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

	Ativos Administrados pela FAELBA			
	2018	2017	2018	2017
Renda fixa	543.586	543.586	2.418	493.750
Renda variável	1.748	1.748	303	1.954
Investimentos imobiliários	11.656	11.656	41	10.784
<b>Total</b>	<b>556.990</b>	<b>556.990</b>	<b>2.762</b>	<b>506.488</b>
Renda fixa	98%	98%	88%	98%
Renda variável	-	-	11%	0%
Investimentos imobiliários	2%	2%	1%	2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde para 2019 são:

	Plano BD		Plano de Saúde	
	2018	2017	2018	2017
Custo do serviço corrente	(5)	(1.260)	-	-
Custo dos juros	2.226	(70.076)	-	-
Custo da obrigação (ORA)	5	-	-	-
<b>Custo total da obrigação</b>	<b>2.226</b>	<b>(71.336)</b>	-	-

Outros benefícios: Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia desembolsou com essas rubricas o montante de R\$ 129.797 (R\$ 117.624 em 31 de dezembro de 2017).

## 30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Risco Operacional - Subestações e Usinas	08/10/18 a 31/05/19	881.313	677
Responsabilidade Civil Geral - Operações Veículos	08/10/18 a 08/10/19	10.000	2.322
	31/05/18 a 31/05/19	100% FIPE	93

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultam no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nominais para a modalidade de Riscos Operacionais ("all risks").

## 31. QUESTÕES AMBIENTAIS (\*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental. A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais substancialmente nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão à execução dos projetos. Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional. Em 2018, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental na Companhia - Compensação Ambiental - Plantio em Áreas de

Preservação Permanente (APP) com o uso de espécies nativas dos biomas de Mata Atlântica e Caatinga; Projeto de Meliponicultura que atua no manejo da abelha urucu de forma sustentável em uma área remanescente de Mata Atlântica, na região metropolitana de Salvador; apoio ao projeto de pesquisa botânica no Parque das Dunas, em uma área de restinga do bioma Mata Atlântica, na cidade de Salvador e a elaboração e distribuição do Guia Turístico e Cultural com a participação de lideranças locais dos municípios de Ibicoara e Iramaia. Todos estes projetos são compensações ambientais oriundas do licenciamento dos empreendimentos da distribuidora - Rede Compacta / Linha Verde - Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico; Gerenciamento de Resíduos - Reutilização de carretéis de madeira por meio da logística reversa; reforma de equipamentos do sistema elétrico e reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores; reciclagem de papel e do óleo residual de cozinha do restaurante da Sede; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente. Também foi elaborado o Plano Corporativo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para as distribuidoras do Grupo. A distribuidora realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa. Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.